

O GRUPO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO AREIA BRANCA E A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: UM POSSÍVEL ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Joyce Milena Honorato da SILVA¹
Luci Martins Barbatto VOLPATO²

RESUMO: Este artigo foi construído a partir de atividades da aula de Supervisão Acadêmica no curso de Serviço Social, que tem como objetivo analisar e refletir as diversas ações do Assistente Social em diferentes campos de estágio, possibilita assim o aluno a compreender os limites institucionais e o cotidiano profissional. O campo de estágio é o Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP - Grupo Técnico de Campo de Presidente Venceslau, o qual visa viabilizar o desenvolvimento rural das famílias assentadas que recebem assistência técnica. Sendo essas ações que vão além de intervenções relacionadas à produção rural, se relacionando a questões econômicas, ambientais e sociais, de modo que o artigo discute uma dessas. O presente trabalho aborda o processo de formação de um Grupo de Mulheres no Assentamento Areia Branca, sendo que as integrantes do grupo têm direcionado a sua discussão para as demandas vivenciadas pela comunidade, de modo que no estudo se propõe a construção de um processo de “mobilização social” pela intervenção do Assistente Social, visando transformar a realidade vivenciada pela comunidade, a qual tem sido apontada pelas integrantes do grupo. Este estudo só foi possível por meio de uma pesquisa bibliográfica, e de uma pesquisa documental de dados institucionais e aproximações sucessivas do grupo por meio do estágio. O método utilizado para a construção do estudo foi baseada no materialismo histórico dialético de Marx, visando compreender a totalidade da realidade e seus determinantes, auxiliado pelo método histórico.

Palavras-chave: Mulheres. Assentamento. Assistente Social. Mobilização.

1 INTRODUÇÃO

O estudo é fruto das indagações e reflexões no cotidiano do campo de estágio, o qual tem possibilitado a ampliação da consciência crítica e visualização da

¹ Discente do 4º ano do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail: joycemilena@unitoledo.br e/ou mih_pv@hotmail.com

² Docente do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail: luci@unitoledo.br. Orientador do trabalho.

materialização do Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social no campo sócio ocupacional.

Durante o período de estágio foi possível acompanhar o início da formação do “Grupo de Mulheres do Assentamento Areia Branca”. Sendo o mesmo fruto do plano operativo construído para ações que seriam desenvolvidas pela equipe técnica do GTC junto ao assentamento no ano de 2012 e entre as atividades selecionadas, mulheres presentes no desenvolvimento do mesmo colocaram que sentiam a necessidade de retomar algumas atividades que desenvolviam juntas há dez anos atrás, ter um “espaço próprio” para elas e com isso foi decidido que seria formado então um “Grupo de Mulheres”, e a instituição tem como um de seus parâmetros que a organização de grupos informais e associações são demandas específicas para o Assistente Social.

Assim o grupo tem se desenvolvido em encontros mensais para discussão de temas do interesse das mesmas, como programas governamentais que elas podem ter acesso, legislação específica direcionada a mulher, e para além desses debates, tem se percebido que as integrantes tem utilizado do espaço para discutir e apontar as demandas do assentamento, ocorrendo assim o início de um desenvolvimento de consciência de classe e participação política desse grupo, sendo essa uma lacuna que cabe ao assistente social através de seu conhecimento teórico metodológico crítico possibilitar a ampliação desse grupo, e como sugestão para intervenção na pesquisa se propõe a construção de um processo de mobilização social.

E para a compreensão do assunto e discutir uma possível construção da intervenção profissional do Assistente Social, o estudo enfocou o objetivo de discutir, “A construção do processo de mobilização social como uma possível forma de enfrentar as demandas materializadas no cotidiano da comunidade do Assentamento Areia Branca.”.

Para melhor entendimento do assunto o segundo capítulo aborda o processo histórico que levou a organização das mulheres agricultoras em grupos, visando ampliar o espaço feminino, sendo essa uma forma de organização que se tem até os dias atuais, sendo um exemplo o grupo de mulheres do Assentamento Areia Branca.

O terceiro capítulo, discorre sobre o início e formação do grupo de mulheres no Assentamento Areia Branca, evidenciando as atuais discussões das

integrantes, sendo a partir de então que o estudo propõe a construção de um processo de mobilização social para com as mesmas visando a transformação da realidade, de modo que para essa intervenção se faz necessário conhecer e identificar quem são esses sujeitos sendo esse assunto tratado em um subitem do terceiro capítulo.

O quarto capítulo que está dividido em duas partes retrata sobre a intervenção profissional do assistente social e a possibilidade da construção de um processo de mobilização social na comunidade do Assentamento Areia Branca e por fim no quinto capítulo são os aspectos conclusivos deste estudo.

Assim o método principal para construção da pesquisa foi baseado no materialismo histórico dialético de Marx, o qual direciona compreender o objeto evidenciado em estudo na totalidade de seus determinantes de forma crítica por meio de aproximações sucessivas.

Auxiliado pelo método histórico, por meio da apresentação de um contexto social e histórico que determinaram a organização de mulheres agricultoras em diferentes locais. E pelas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica por meio de diferentes referências bibliográficas e online propiciou uma maior aproximação do tema; a pesquisa documental por meio da utilização dos documentos disponíveis no campo de estágio – Fundação Itesp – dados relacionados ao perfil social e econômico das integrantes do grupo e relatórios do Serviço Social das atividades realizadas com o grupo, proporcionaram uma maior aproximação do objeto.

2 PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS

Existe uma relação intrínseca construída pelo senso comum que remete os pequenos produtores rurais sejam eles homens ou mulheres de estarem sempre engajados em processos de organizações e movimentos sociais, conforme afirma Wolf (1979, p.84) apud Lombardi et al (s.d., p. 2), “Ao contrário do que acreditam os espíritos românticos, não é fácil para o campesinato engajar-se numa rebelião duradoura. Os camponeses encontram-se numa posição especialmente

desvantajosa na passagem do reconhecimento passivo de injustiças para a participação política capaz de repará-las”.

Contudo podemos ressaltar que nem todos os pequenos produtores rurais são sujeitos sociais que problematizam as demandas vivenciadas pelos mesmos ou estão vinculados a movimentos sociais pela Reforma Agrária, e em especial as mulheres agricultoras que são marcadas pela construção social histórica de gênero.

A autora Maria José Carneiro (1987, p. 1- 2) traz alguns apontamentos que demonstram como as mulheres do campo estiveram inseridas em movimentos sociais rurais, a princípio essas se integravam a partir da participação de seus maridos ou familiares, não participavam para reivindicar questões específicas da condição de mulher, mas sim integravam o conjunto de luta da categoria social à qual pertenciam.

Porém em um cenário da abertura política brasileira pelo fim da ditadura militar o qual os movimentos sociais estavam cada vez mais acirrados as mulheres agricultoras buscam a construção do seu espaço, “A participação de mulheres em movimentos sociais no campo toma uma característica singular na década de 80 quando são realizados os primeiros encontros voltados para problemas que lhes são específicos.” (CARNEIRO, 1987, p.1).

Passam a problematizar condições sociais, econômicas, políticas e divisões de tarefas que marcaram suas relações,

No campo essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado. Dessa forma historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas extensão do trabalho doméstico. [...]

Como decorrência houve historicamente a invisibilização e não reconhecimento do trabalho das mulheres, tanto do trabalho doméstico e para auto-consumo, como também daquele realizado no roçado. E com isso a negação de sua autonomia econômica, pessoa e política e a exclusão das decisões sobre a terra e o território. (FARIA, s.d., p.3)

As mulheres da área rural que tomam consciência da situação a qual se encontram e reproduzem, através de articulações passam a se inserir no espaço de luta política buscando a construção de estratégias e direção que supere as relações de subalternidade da ordem social posta.

Segundo o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) (s.d.,p.4-6) entre as mulheres que se destacaram nos movimentos sociais e sindicais do campo

se destaca a figura da Elizabeth Teixeira que junto com o apoio de seu marido João Pedro Teixeira, mobilizou a Liga Camponesa de Sapé na Paraíba, e outras duas figuras importantes foram Maria da Penha Nascimento e Margarida Alves da Silva sendo a Margarida eleita como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB, essa travou diversas lutas pela categoria porém sua trajetória foi interrompida quando a assassinaram, o crime não foi esclarecido e quem o cometeu se mantém impune, porém existem determinantes que indicam que esse crime tenha sido a mando de proprietários latifundiários que não estavam de acordo com as mudanças almejadas por Margarida Alves da Silva.

Ainda segundo o MDA as mulheres trabalhadoras rurais inspiradas pelas lutas do Movimento Feminista no cenário urbano, conseguem que as equipes do Serviço de Assistência Rural – SAR incluam na programação de rádio discussões que abordem os problemas vivenciados pelas mulheres rurais, o que por consequência resultou em um processo organizativo e formação de grupos de mulheres agricultoras, inicialmente nos municípios Touros, Pureza, Taipu, e Poço Branco, esses localizados na região do mato grande do Estado do Rio Grande do Norte, esse processo de tomada de consciência influenciou na participação feminina em movimentos e processos que visam construção do espaço da mulher na produção, rendimentos próprios e ampliação e consolidação de cidadania.

E entre esses grupos de mulheres que surgiram e ainda surgem em um processo de necessidade da conquista de um espaço feminino, surge mais um no Assentamento Areia Branca, localizado no município de Marabá Paulista – SP, um pequeno grupo de mulheres agricultoras que sentiam a necessidade de “estarem juntas” e de ter “um espaço próprio para as mulheres”, o qual tem se encontrado mensalmente e pode ser transformado em um espaço de discussão e ações políticas através da intervenção do Assistente Social, sendo essa a discussão do próximo item.

3 GRUPO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO AREIA BRANCA

O Assentamento Areia Branca foi fundado no dia 09 de fevereiro de 1988 é composto por 86 famílias, está localizado no município de Marabá Paulista no interior de São Paulo, esse recebe assistência técnica do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – Grupo Técnico de Campo (GTC) de Presidente Venceslau, órgão Estadual responsável pela execução da política agrária e fundiária, visando complementar as ações de reforma agrária - por essa ser atribuição exclusiva da União, e para efetivar seus objetivos conta com uma equipe multidisciplinar de 21 funcionários entre eles engenheiro agrônomo, técnico em desenvolvimento agrário, gestor ambiental, técnico em gestão organizacional, veterinário e assistente social e estagiários do Serviço Social.

No início do ano de 2012 a equipe técnica do GTC de Presidente Venceslau realizou uma atividade no Areia Branca denominada como Diagnóstico a qual visava através de dinâmicas e discussões construir com os membros do assentamento o Plano das atividades que seriam desenvolvidas no decorrer do ano pela equipe junto e para os assentados, e entre essas foi levantado por algumas das mulheres que essas sentiam a necessidade de “um espaço próprio” para elas como um grupo onde essas pudessem realizar atividades e se organizarem coletivamente.

Cabe ressaltar que quando um assentamento levanta a necessidade de se organizar em grupos informais, se organizar em associações, ou os próprios técnicos visualizam essa necessidade, cabe então ao Assistente Social da equipe junto do técnico ou engenheiro agrônomo responsável pelo assentamento iniciar o processo de organização do mesmo e auxiliar no seu desenvolvimento.

Portanto o “Grupo de Mulheres do Assentamento Areia Branca” foi uma das atividades programadas para ser executada no decorrer do ano de 2012 através da intervenção e acompanhamento do Assistente Social.

O primeiro encontro do grupo foi realizado no mês de junho com 10 mulheres - e esse número se altera conforme as reuniões mas entre elas 7 se mantém presentes em todos os encontros – e com a participação da Assistente Social do GTC de Presidente Venceslau e suas estagiárias, nesse ficou delimitado pelas mesmas que inicialmente se encontrariam toda primeira quarta feira do mês, e

que esses encontros seriam para debates de temas do interesse das mesmas como por exemplo relacionados a programas governamentais que elas podem ter acesso, e no final de cada reunião iriam escolher o tema para que a Assistente Social pudesse abordar a discussão do mesmo através de dinâmicas, debates e utilizando de recursos multimídia.

Porém com o desenvolvimento do grupo pode-se perceber que para além desse espaço de “convivência”, discussão de temas e trocas de informação, as mulheres tem aproveitado esse espaço para ressaltar e apontar as demandas e necessidades de mudanças no Assentamento.

Entre as discussões levantadas por essas estão: melhorar a viabilização de informações no assentamento - como encontrarem um meio de comunicação mais fácil para divulgação de eventos – vacinação do gado, realização de palestras e outros; a realização de atividades de cultura e lazer que possibilitem uma maior integração entre a comunidade; reconhecem que o assentamento já apresenta um nível alto de pessoas idosas e por isso acham necessário que atividades físicas específicas voltadas para esses sejam desenvolvidos/implantação da academia do idoso; entendem que para uma melhor venda de seus produtos agrícolas seria necessário uma especialização sobre “rotulagem de produtos” o que por consequência iria valorizar o produto visando assim um maior desenvolvimento econômico; e acham necessária a implantação de coletores de materiais recicláveis no assentamento, e entendem que elas próprias poderiam se organizar para coleta desses materiais visando que essa se transforme em uma forma de renda para o grupo.

O que indica a necessidade do Assistente Social pensar uma intervenção nas inúmeras demandas ressaltadas e possibilitar junto dessas mulheres a construção das respostas para essas necessidades.

Sendo uma possível forma de enfrentamento dessas a construção de um processo de mobilização social que inicialmente atinja ao grupo e posteriormente a toda comunidade, visando atender os objetivos em comum, e para isso primeiro é necessário conhecer esse grupo por meio de aproximações sucessivas, construção de um perfil econômico e social do mesmo, e identificar os valores e conceitos que essas mulheres têm, sendo essa a discussão do próximo item.

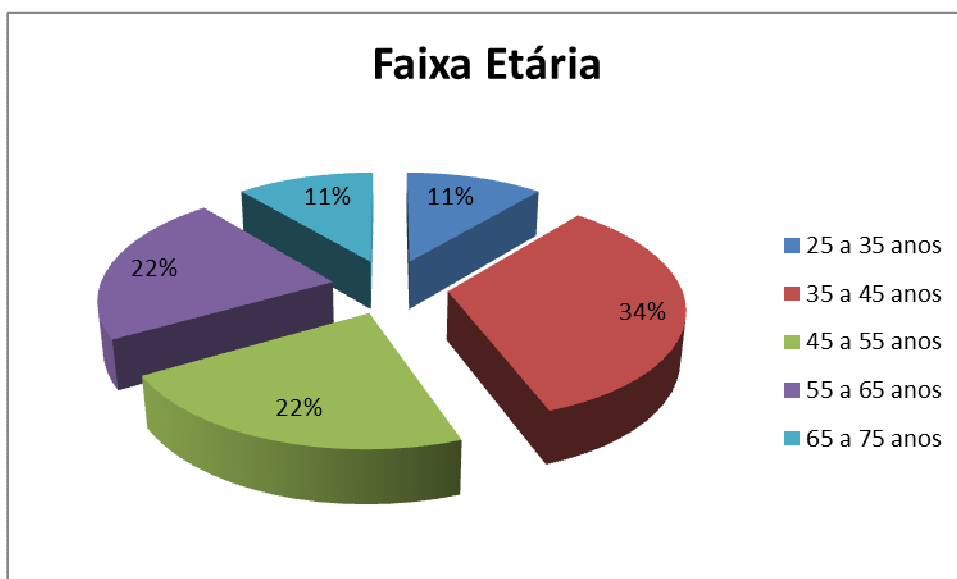
3.1 Quem são esses Sujeitos?

O objetivo desse capítulo será apresentar o perfil das mulheres que compõe o grupo, a partir de dados institucionais da Fundação Itesp os quais permitem traçar o perfil social e econômico das integrantes e relatórios do Serviço Social das atividades realizadas com o grupo.

A partir da pesquisa documental foi possível construir um perfil econômico e social das mulheres, e identificar as demandas através de indicadores os quais serão analisados e discutidos, para construção do conhecimento sobre essa realidade.

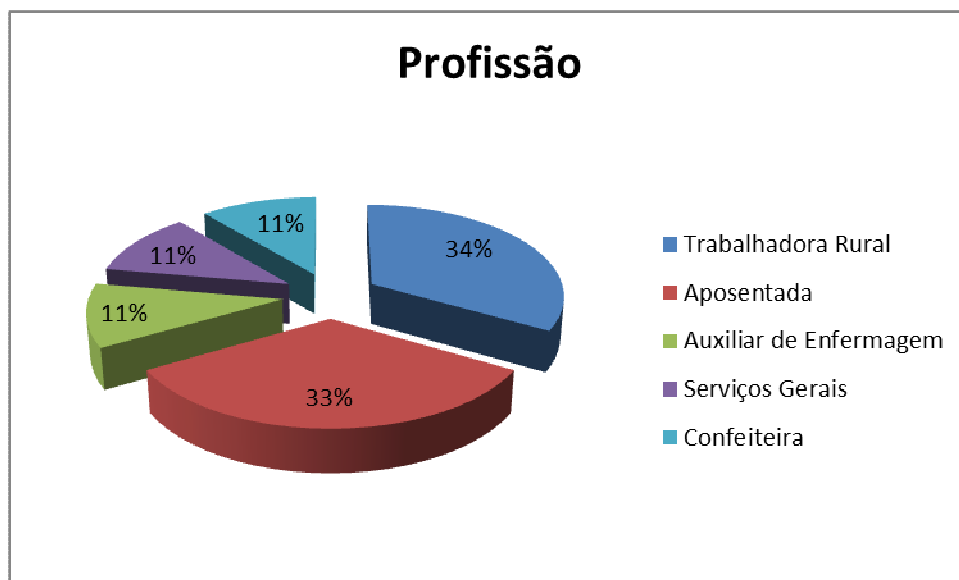
Os eixos de análise de se dividem entre dois a primeira parte define o perfil social e econômico das mulheres; e a segunda retrata as discussões em relação a termos como “política”, “participação”, que possibilitam ao profissional construir um planejamento de intervenção, cabendo ressaltar que em momentos da apresentação da fala de alguma das mulheres essas serão identificadas pela letra inicial do nome, essas registradas nos relatórios de atividades.

Os três primeiros indicadores apresentados são a faixa etária, atividade de trabalho que essas declararam exercer e escolaridade, pois estão atreladas no que diz respeito a faixa etária ativa para o trabalho, o nível de escolaridade relacionada à moradia do campo que conforme dados censitários demonstram uma realidade precária.



Como é possível observar a partir dos 55 anos de idade somando as faixa etárias, representam 33% das mulheres que compõe o grupo dado esse que está interligado com as mulheres que se encontram aposentadas, pois o Ministério da Previdência Social em site oficial declara (s.d.;s.p.) que a aposentadoria para o trabalhador rural é a partir dos 60 anos para os homens e a partir dos 55 anos de idade para as mulheres.

Os indicadores da faixa etária indicam o anseio das mulheres para que a comunidade tenha atividades específicas a pessoas que estão no processo de envelhecimento.



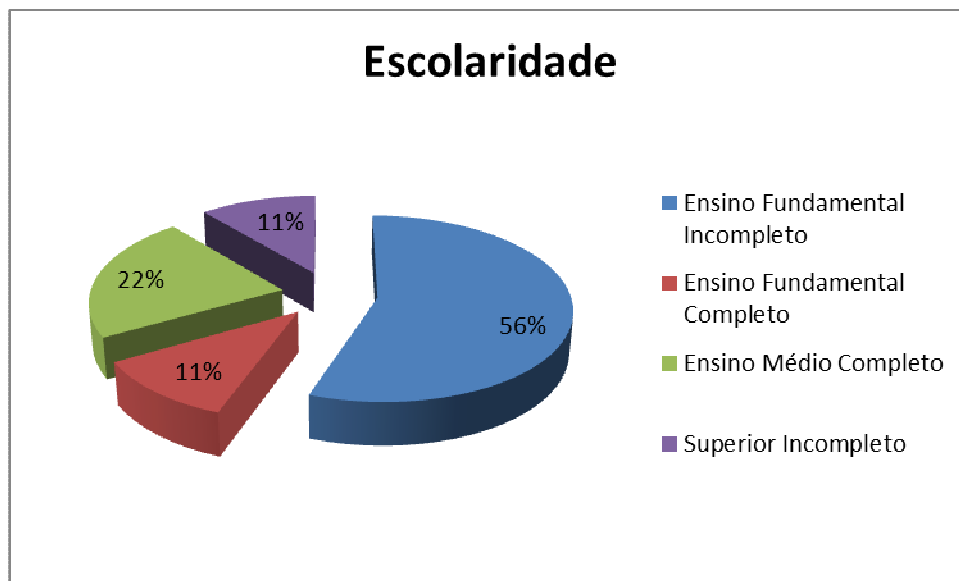
Em relação as atividades que exercem como se pode observar a atividade predominante é no campo, ou seja, grande parte delas ajudam nas atividades da propriedade junto ao marido – sendo que todas se declararam casadas - ,o que por consequencia resulta em uma dupla jornada de trabalho exaustiva junto as tarefas doméstica.

Pensando-se no acesso a educação, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), apresenta indicadores da desigualdade de acesso a educação entre a população rural e urbana, com a média do ano de 2012 de alunos por turmas, como demonstra a tabela:

Escolaridade	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
População Urbana	17	25,2	31,8
População Rural	15	17,1	23,7

Tabela elaborada pela autora - Fonte: INEP

Essa desigualdade é materializada entre as mulheres do grupo do Areia Branca, como o gráfico a seguir demonstra 56% delas tem o ensino fundamental completo, ou seja, indica um baixo índice de escolaridade e acesso a essa política pública.

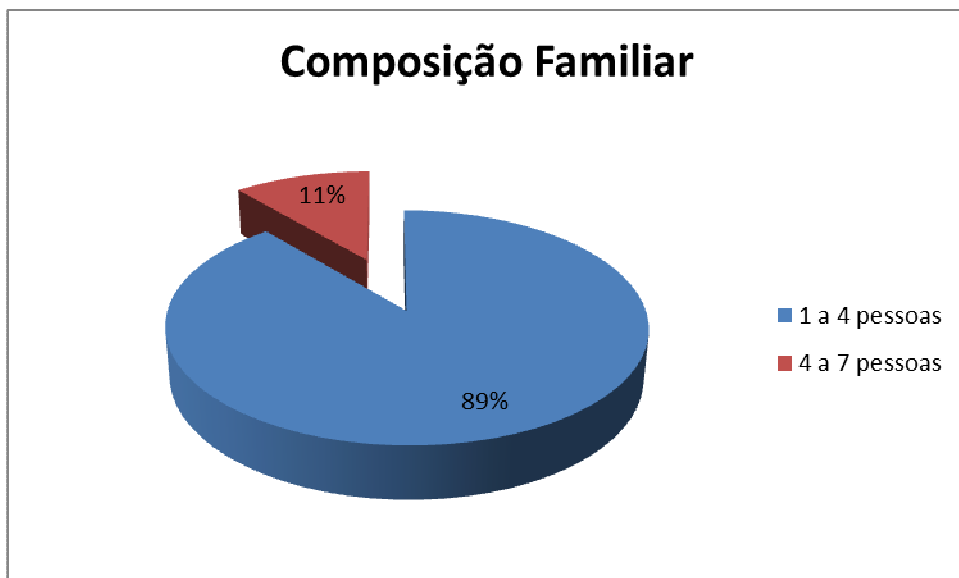
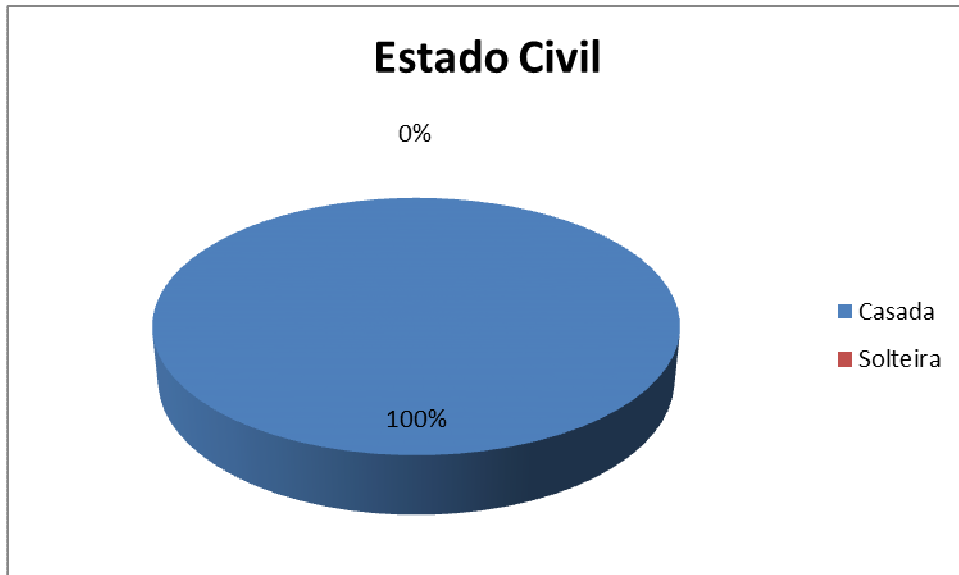


O baixo índice de escolaridade dessas mulheres indica a necessidade da implantação do sistema educacional para adultos na comunidade, por meio da articulação com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) a qual em site oficial informa ter por objetivo implementar políticas educacionais para jovens e adultos do campo, indígena, quilombola, visando contribuir para o sistema inclusivo do ensino.

Ressalta-se que o Assentamento conta com uma escola própria, a qual funciona regularmente durante o dia, podendo ser um espaço de implantação do

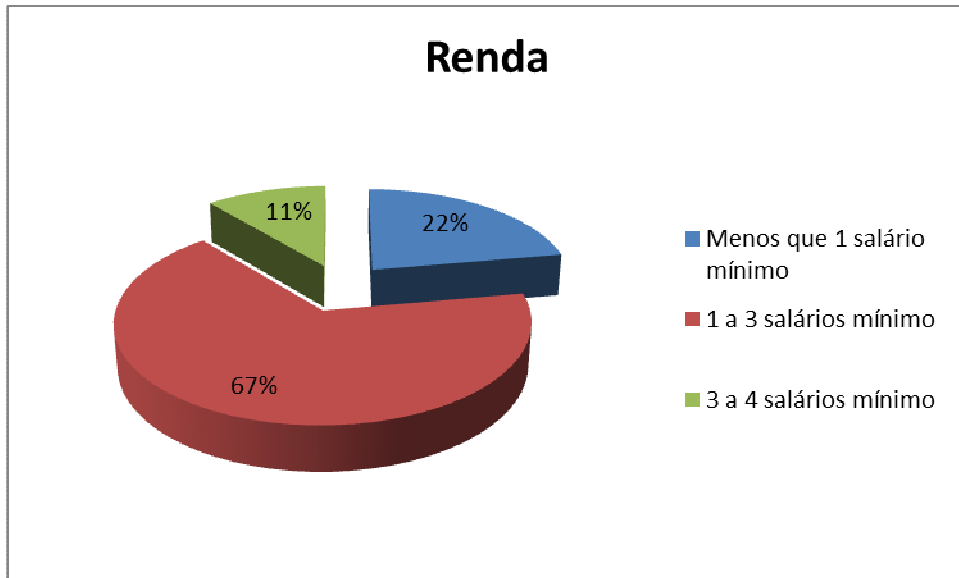
EJA Educação de Jovens e Adultos, visando a garantia de direitos dessas famílias, e a inclusão no sistema educacional.

Como já afirmado todas as mulheres do grupo são casadas e constituem famílias, como demonstra os próximos gráficos:



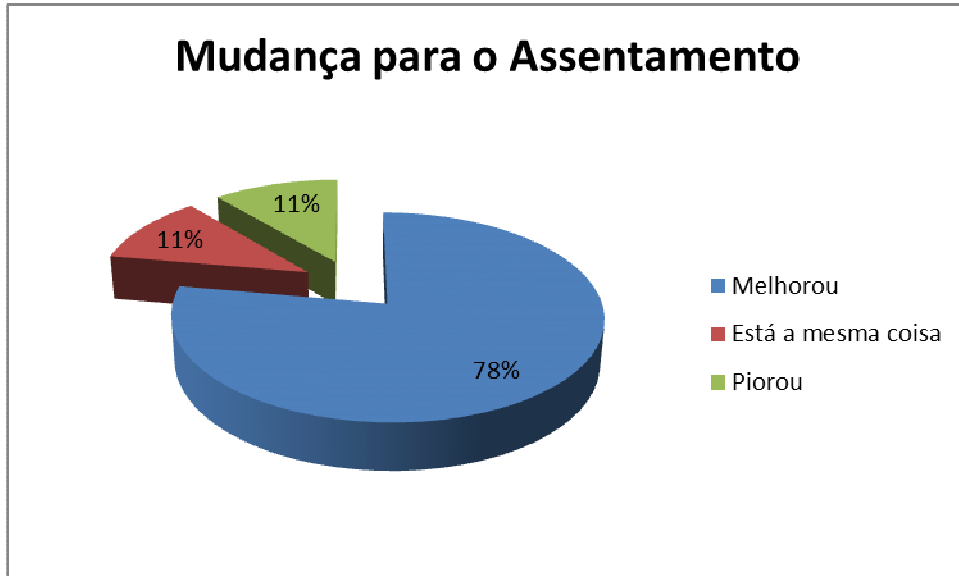
Como se pode observar a maioria das famílias são compostas de até 4 pessoas, os indicadores da renda da família permitem a conclusão que a maioria dessas famílias tem uma renda inferior a um salário mínimo por pessoa - segundo o Ministério do Trabalho e Emprego o salário mínimo vigente totaliza em 678,00 - sendo que a maior parte dessas famílias tem uma renda de até 3 salários mínimo

totaliza em R\$ 2.034,00 que dividido por quatro pessoas se tem uma medida R\$ 508,50 para cada membro.



Em relação a renda outro indicador que chama atenção são os 11 por cento de famílias que possuem uma renda inferior a 1 salário mínimo, o que indica que famílias como essas tem se desenvolvido de forma precária no campo, fenômeno esse que pode estar atrelado a diferentes determinantes que para além de uma intervenção do assistente social requer a presença de técnicos agrários, engenheiros agrônomos, veterinários entre outros profissionais que compõe a equipe multidisciplinar técnica do Itesp, visando a garantia de renda dessas famílias.

Essa porcentagem vai de encontro quando respondem se a mudança para o assentamento melhorou, piorou ou não alterou a vida das famílias.



Como podemos observar 11% dessas indicam que a mudança para o assentamento piorou a vida dessas famílias, o que reafirma a necessidade de identificação e intervenção específica para esses produtores compreendendo suas particularidades.

Em contrapartida mesmo com as dificuldades e demandas do assentamento segundo informações dos relatórios institucionais algumas mulheres afirmam que a mudança para o assentamento melhorou a vida das famílias, como podemos observar o comentário de “M” e “R”:

“Porque a gente trabalhava na terra dos outros não podia plantar o que queria.”
 “Porque é algo próprio, não tem ninguém para mandar.”

A fala dessas duas mulheres demonstra o quanto o acesso à reforma agrária por meio do assentamento foi importante para suas famílias, possibilitando a essas uma autonomia em relação ao que produzir e como trabalhar, não estarem sendo explorados por grandes proprietários latifundiários, e poderem lutar pelo desenvolvimento de uma propriedade própria.

Nas atividades desenvolvidas com o grupo os relatórios retratam o que opinião das produtoras falta na comunidade para melhorar e possibilitar o desenvolvimento da comunidade, as demandas apontadas por M, C, F, e J reafirmam algumas necessidades que elas têm apontado no decorrer das reuniões do grupo:

“Acesso a internet”
 “Saúde de qualidade, serviços voltados para os idosos [...]”
 “[...] transporte coletivo tudo tem que ir de carro”
 “Melhoria na saúde, [...] e transporte público”

O acesso à internet iria possibilitar a informatização da comunidade, ampliação da educação, uma forma de lazer entre outras formas de benefícios.

O site oficial do Itesp em nota (s.p.;s.d.) divulgou no final do ano de 2012 que está previsto a inclusão de salas digitais em dois assentamentos que recebem assistência técnica do GTC de Presidente Venceslau localizados no município de Caiuá e Presidente Venceslau – cabe ressaltar que a construção de ambas está em andamento – cada um terá dez computadores e um monitor, a equipe técnica poderia fazer a articulação necessária para viabilizar o acesso a uma sala digital para o assentamento Areia Branca, pelo fato da comunidade demonstrar interesse e se encontrar em uma distancia de aproximadamente de 40 km do município de Marabá Paulista – varia conforme a localização dos lotes - o que dificulta e inviabiliza o acesso a redes informacionais.

A comunidade do Assentamento Areia Branca conta com uma unidade de saúde própria que recebe atendimento médico uma vez por semana, e tem o atendimento de auxiliar de enfermagem e agente de saúde durante toda a semana, entretanto como se sabe a saúde não está relacionada somente com a ausência de doença, a manutenção da saúde envolve ações de prevenção e também atendimentos específicos por faixa etária, ao falar na saúde as mulheres tem pensado nas pessoas que estão envelhecendo e que necessitam de maiores cuidados.

O assentamento Areia Branca por contar com um número alto de pessoas que está em processo de envelhecimento sente a necessidade de atendimentos específicos para essa população para garantir um processo de envelhecimento saudável e com garantia de direitos por meio de políticas públicas.

Outra questão levantada está relacionada ao transporte a comunidade não tem acesso a nenhum transporte coletivo seja ele privado ou público, o que dificulta a locomoção até a cidade para a realização das atividades diárias.

Pensando-se na construção da ação do assistente social diante as demandas levantadas pelo grupo, uma forma de intervenção seria o processo da

construção de uma mobilização social do grupo e da comunidade – esse assunto será aprofundado em um próximo capítulo.

A mobilização do grupo necessita de uma participação efetiva do mesmo, a consciência dos direitos enquanto cidadãos, a identificação dos embates políticos.

Ao remeter a esse assunto é necessário em um primeiro momento identificar o que as mulheres pensam, sendo esse o próximo eixo de análise, construído a partir dos relatórios institucionais das atividades elaboradas nos encontros dos grupos, que irá discutir o que as mulheres entendem por “participação”, “política”, o que fez elas desejarem a formação do grupo e o que elas desejam que o grupo alcance.

A participação é manifestada em diversos segmentos – como grupos de estudantes, mulheres, funcionários – é uma condição necessária do ser humano a qual possibilita a integração de conhecimento em diferentes níveis contribuindo para elevação da consciência crítica dos que a compõe, “O que se precisa entender é que participar é fazer política e esta depende das relações de poder percebidas [...] que participar é repensar o seu saber em confronto com outros saberes. Participar é fazer “com” e não “para”.” (SILVA e CARVALHO, 1995, p.77).

Ao serem questionadas sobre o que elas entendem sobre “participação” as respostas foram diferentes porém se complementam, como demonstra a fala de quatro delas F, M, R e J:

“Entrosamento entre as pessoas”

“[...] a busca do conhecimento, entrosamento com as pessoas, não tá distante”

“Não é somente presença tem que colocar a mão”

“Busca por melhoria de vida, buscar coisas novas e união”

Conforme ressaltado anteriormente a participação é o envolvimento das pessoas, o que requer a união, possibilita a troca de saberes, vai para além da presença necessita de uma postura ativa, de modo que as mulheres possuem essa compreensão, sendo esse um determinante para que elas se mantenham no grupo.

O termo política segundo o dicionário priberam (s.d.; s.p.) corresponde a arte de regular as relações de um Estado com o outros Estados; Sistema particular de um governo; modo de haver-se, em assuntos particulares, a fim de obter o que se deseja.

Portanto política não é somente atos efetivados por políticos, relacionado ao sistema de governo e ligado a partidos políticos, é também uma ação coletiva a fim de conquistar/obter o que se deseja, como complementa Alkmim (s.d.; p.2)

Não podemos confundir que política é simplesmente o ato de votar. [...] A política está presente quotidianamente em nossas vidas: na luta das mulheres contra uma sociedade machista que discrimina e age com violência; na luta dos portadores de necessidade especiais para pertencerem de fato à sociedade; na luta dos negros discriminados pelo nosso racismo; dos homossexuais igualmente discriminados e desrespeitados; dos índios massacrados e exterminados nos 500 anos de nossa história; dos jovens sem políticas públicas efetiva no campo, na luta de milhões de trabalhadores sem terra num país de latifúndios; enfim, na luta de todas as minorias por uma sociedade inclusiva que, se somarmos, constituem a maioria da população. Atitudes e omissões fazem parte de nossa ação política perante a vida. Somos responsáveis politicamente (no sentido grego da palavra) pela luta por justiça social e uma sociedade verdadeiramente democrática e para todos.

Entretanto no senso comum a política fica reduzida somente a política partidária do sistema de governo, excluindo os cidadãos desse processo, como se estivesse fora da realidade cotidiana dos indivíduos. A fala das mulheres I, R, M, F e A demonstra que algumas compreendem a política em um sentido amplo outras as remetem a política partidária:

“O único movimento que não podemos fugir é dela, sem política não se faz nada”
 “A coisa aqui é grave estou com expectativa em relação ao novo prefeito”
 “Força da união da gente mesmo, fazer uma luta contra algo, não podemos ser politiquês, mais tudo que precisamos envolve política”
 “[...] política ou ajuda ou atrapalha”
 “Eu não sou muito de me envolver em política é muita briga prefiro só escutar”

Essas falas demonstram a necessidade da intervenção do Assistente Social em relação aos conceitos, informação sobre seus direitos para que possam juntas problematizar suas demandas, o que irá possibilitar a elas alcançar objetivos em comum com o grupo, anseios esses demonstrados quando questionadas em relação ao que elas desejam que o grupo alcance:

“União” - C
 “A união [...] com os outros seria mais fácil lutar pelas melhorias, junto em grupo tudo que quiséssemos teríamos mais força” - M

“[...] Conseguir alguma coisa junto” - F

Conforme as mulheres discutem é possível perceber que algumas delas compreendem que é somente por meio da sensibilização e efetivação dos vínculos entre essas que será possível à transformação da realidade vivenciada.

A construção do processo de mobilização com as integrantes do grupo de mulheres, visando à efetivação das respostas as suas demandas e efetivação de seus direitos, exige uma intervenção qualificada do Assistente Social, profissional esse que atua com as inúmeras expressões da questão social, materializada de diferentes formas, assuntos esses que serão abordados nos próximos itens.

4 A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO GRUPO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO AREIA BRANCA

O Assistente Social é um profissional que tem como objeto de trabalho a intervenção nas expressões da questão social, essas se concretizam de diferentes formas nos territórios em que se encontram e conforme o contexto histórico de determinada realidade, ou seja, necessitam ser compreendidas em sua totalidade, pois estão submetidas a uma universalidade de determinantes que resultam em particularidades vivenciadas por sujeitos, como confirma o entendimento:

O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto de trabalho profissional, conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. (IAMAMOTO, 2012, p. 52)

Assim as expressões da questão social se materializam no cotidiano do Assentamento Areia Branca, e por meio do conhecimento da realidade vivenciada por esses sujeitos – evidenciadas pelo Grupo de Mulheres do Assentamento Areia Branca – é que o Assistente Social deve direcionar sua intervenção para impulsionar mudanças/transformações da realidade no determinado contexto, a qual exige a construção de um processo de mobilização social.

4.1 A Construção de um Processo de Mobilização Social

A construção do processo de mobilização social exige uma intervenção profissional qualificada de uma equipe multidisciplinar, e requer a participação dos atores sociais envolvidos, em uma construção de ação e reflexão norteada por questões como: “Qual a nossa situação atual? O que desejamos alcançar? Quais meios possibilitarão a transformação da realidade?”, assim não se resume em atos de manifestações, como afirma Toro e Werneck (2007, p.13)

A mobilização social é muitas vezes confundida com manifestações públicas, com a presença das pessoas em uma praça, passeata, concentração. Mas isso não caracteriza uma mobilização. A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos.

Sendo a mobilização um conjunto de ações cotidianas que envolve o objetivo em comum de uma comunidade, essa requer que os sujeitos envolvidos se sintam responsáveis pela construção da transformação da realidade, “não aceitar a responsabilidade pela realidade em que vivemos é, ao mesmo tempo, nos desobrigarmos da tarefa de transformá-la, colocando na mão do outro a possibilidade de agir.” (TORO e WERNECK, 2007, p.18).

De modo que a construção da mobilização exige a participação ativa dos envolvidos no processo, esses precisam estar sensibilizados e engajados na ação, “Participar ou não de um processo mobilizador é um ato de escolha. Requer uma dedicação contínua, e os objetivos são alcançados a partir das ações realizadas pelos diversos atores, em diferentes momentos, porém sempre voltados ao mesmo propósito.” (EDU, 2012, p.10)

Utilizando do raciocínio de Toro e Werneck (2004) apud Alianças (2007, p. 52-53) a mobilização social deve ser orientada sob a ótica de quatro fases interligadas:

Formulação do imaginário: Consiste no compartilhamento dos conceitos, demonstrando o atrativo para a construção da ação; Definição do campo de Atuação: é o momento de definir quem serão os envolvidos e os papéis atribuídos a cada um; Coletivização: é possibilitar aos envolvidos na ação

compreendam que não estão agindo isoladamente e sim que é uma ação conjunta por um objetivo em comum; Acompanhamento: é identificar os resultados alcançados o que desperta a vontade em novos atores a se inserir no processo e manter os que já participam.

Contudo a materialização dessas fases na construção do processo de mobilização social exige um vínculo entre as pessoas integrantes do constructo, esse se efetiva por meio de ações de comunicação, aproximações sucessivas, identificação de prioridades em comum, assim ressalta a obra:

A mobilização social para transformação de uma dada realidade exige a criação de vínculos coletivos, o que se dá com o uso estratégico dos instrumentos da comunicação. O que vai manter esses vínculos será a troca constante de informação a respeito dos objetivos que se deseja atingir sem que seja necessário uma ligação formalizada para que cada um tome atitudes e realize ações. (EDU, 2012, p.11)

Portanto pode-se concluir que a mobilização social requer um planejamento para sua construção, que deve estar de acordo com a realidade a qual se deseja transformar e precisa ser construído “com” os atores envolvidos e não “para” o mesmos, porque a participação desses é que irá permitir o avanço e materialização da ações cotidianas que constroem a mobilização.

Visando alterar as inúmeras realidades de intervenção o Assistente Social por meio de sua capacidade teórica metodológica e técnica operativa e pautado por seus princípios profissionais, pode articular a construção de um processo de mobilização social.

Sendo uma dessas a realidade do Grupo de Mulheres do Assentamento Areia Branca, como sugestão de enfrentamento a essa realidade o Assistente Social pode construir um Projeto de Intervenção para a “mobilização social” dessas mulheres visando efetivar os direitos que lhes são negados, uma intervenção efetivada durante um processo de trabalho que irá exigir que o profissional sensibilize primeiro sua equipe – os atores envolvidos necessário – identifique os limites institucionais presentes que podem dificultar a sua ação, e definir os meios que irão possibilita a intervenção.

O que irá exigir do profissional a construção de uma sensibilização que favorece o fortalecimento de vínculos entre as mulheres que compõe o grupo; pensar em ações que trabalhe os conceitos como direitos, participação política,

projetos de mobilização social entre outros; construir junto as mulheres a problematização das demandas que a comunidade vivencia, para que essas possam visualizar as necessidades que requerem transformações; e para que por fim seja possível iniciar a construção da mobilização das mulheres e que essa posteriormente possa atingir a toda comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do que foi explicitado no decorrer do trabalho foi possível compreender como a mulher no contexto rural se engajou em movimentos pela efetivação de direitos específicos, e que devido a uma relação de gênero essas sempre buscaram a consolidação de “espaços próprios” com a formação de grupos.

Nesse contexto surge o Grupo de Mulheres do Assentamento Areia Branca o qual a principio tinha por objetivo ser cenário para encontros e troca de informações entre as mulheres, mas o mesmo tem se tornado um espaço possível para a construção de um processo de mobilização social entre elas e posteriormente com toda comunidade, devido essa aproximação das mulheres por meio do grupo ter possibilitado as mesmas refletirem e apontarem as demandas que a comunidade vivencia.

Sendo que a construção do processo de mobilização social no grupo requer a intervenção profissional do Assistente Social, por este estar direcionando e articulando o desenvolvimento do grupo, deve-se vincular aos valores profissionais para lutar contra as circunstancias que desmobilizem a sua ação e possibilitar a ampliação do grupo visando à construção da mobilização social da comunidade, para impulsionar a transformação dessa realidade.

Pois a efetivação do que propõe o Projeto Ético Político Profissional é feita no dia a dia por meio da transformação da realidade, visando a construção de uma sociedade igualitária em todos os níveis inclusive no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIANÇAS, Cadernos Novas. **Comunicação e Mobilização Social: Orientações para incidir em políticas públicas.** 2009. Disponível em: <http://www.institutocea.org.br/download/download.aspx?arquivo=midiateca/050420111147_cadernonovasaliancas.capitulo3.pdf>. Acesso em 20 out. 2013

ALKMIM, Sergio Vaz. **O que é política.** Disponível em: <[http://www.fetraece.org.br/images/Site_6/politica\(2\).pdf](http://www.fetraece.org.br/images/Site_6/politica(2).pdf)>. Acesso em: 13 out. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero.** 1987. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/199406-011-022.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2013

EDU, Ufersa. **Construindo uma ideia de Liderança e Mobilização Social: Assentamento Maise.** 2012. Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/cartilha%20de%20lideran%C3%A7a%20e%20mobiliza%C3%A7%C3%A3o%20social.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.

FACULDADES INTEGRADAS “ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”. **Normalização de apresentação de monografias e trabalhos de conclusão de curso.** 2007 – Presidente Prudente, 2007, 110p.

FARIA, Nalu. **Mulheres rurais na economia solidária.** Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/266/Mulheres%20Rurais%20na%20Economia%20Solid%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2013.

GOV, Previdência. **Aposentadoria por Idade Rural.** Disponível em: <<http://agencia.previdencia.gov.br/e-aps/servico/348>>. Acesso em: 12 out. 2013

GOV, Inep. Indicadores Educacionais. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em 12 out. 2013

GOV, Itesp. **Parceria entre Centro Paula Souza, Finep e Itesp viabiliza a instalação de centros digitais em assentamentos do Pontal.** Disponível em:

<<http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/Noticias-detalhes.aspx?c=1439#2>>. Acesso em: 13 out. 2013

GOV, Mec. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816>. Acesso em: 19 out. 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez. 23. ed. 2012

LOMBARDI, Sheila Priscila Makoski; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo e WADI, Yonissa Marmitt. **Reflexão sobre a participação das mulheres num movimento social: O caso da CRABI – PR**. Disponível em:

< <http://www.sober.org.br/palestra/12/10P471.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2013.

MDA, Gov. **Organização autônoma de mulheres agricultoras: Emergência de “novos” sujeitos políticos coletivos no campo**. Artigo apresentado ao 3º Edição do Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e Gênero. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/portal/dpnr/arquivos/view/premio_margarida_alves_-_Maria_Joseana_da_Silva.doc>. Acesso em: 11 mai. 2013

MELO, Ediléia; SANTOS, Lúcia Miranda dos; FERRO, Marcela Coladello; OLIVEIRA, Patricia Regina Los de. **Serviço Social e questão agrária, entre as marcas da exclusão, a apreensão de demandas socioprofissionais e o caminhar de ações socioeducativas, sob a perspectiva do desenvolvimento como liberdade: um estudo de caso no projeto de assentamento Porto Velho**. Presidente Prudente, 2007.

PT, Priberam. **Dicionário Priberam**. Disponível em:

<<http://www.priberam.pt/dlpo/pol%C3%ADtica>>. Acesso em: 13 out. 2013.

SILVA, Helena Bertho da; CARVALHO, Helenice Feijó de. **Elaboração de projetos comunitários: uma abordagem prática**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1995.

TORO A., Jose Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social: um mundo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.